

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A VULNERABILIDADE DAS MULHERES NOS MUNICÍPIOS DA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL (AUSUL) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Susana M. Veleida da Silva; Andressa C. Colvara Almeida; Marília C. Lopes

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 43, n.1, Agosto, 2016.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/57938>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - Agosto, 2016.
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Seção Porto Alegre, RS, Brasil.

A VULNERABILIDADE DAS MULHERES NOS MUNICÍPIOS DA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL (AUSUL) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Susana M. Veleda da Silva

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: sucaveleda@gmail.com

Andressa C. Colvara Almeida

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: andressacolvara@yahoo.com.br

Marília C. Lopes

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: marilialopesrs@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda a vulnerabilidade das mulheres que vivem nos municípios que compõem a Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), localizada no estado do Rio Grande do Sul, a partir de variáveis operacionais como a gravidez na adolescência, a chefia familiar com filho menor de 15 anos e a escolaridade. Dados sobre pobreza, renda, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e fecundidade, disponibilizados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, foram incluídos para contextualizar o estudo, que tem como principal objetivo analisar a situação das mulheres como um indicador de vulnerabilidade individual nesses municípios. Inferimos que as mães chefes de família com filhos menores de 15 anos representavam e ainda representam um grupo vulnerável, principalmente, porque grande parte destas apresenta baixa escolaridade, condição que pode ter consequências na renda familiar e, portanto, no IDHM.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade. Gravidez. Adolescência. AUSUL. IDHM

1. INTRODUÇÃO

A Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL) é uma das regiões administrativas de atuação da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional do estado do Rio Grande do Sul (METROPLAN)¹. Embora em 2010, a AUSUL tenha apresentado índices médio e alto de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), até 2000 os municípios da Aglomeração apresentavam os mais baixos índices das quatro regiões do estado. Em 2010, os dois maiores municípios, Rio Grande e Pelotas, passaram a ter um IDHM alto e os outros três - Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte - médio. A melhoria dos IDHMs, nesses dez anos, não dirimiu as desigualdades internas nos municípios da Aglomeração. A heterogeneidade socioespacial entre os municípios pode ser analisada por aspectos políticos, sociais, geográficos, econômicos e demográficos.

O artigo trata de um tema que engloba, em especial, os três últimos aspectos: a vulnerabilidade das mulheres nos municípios da AUSUL analisada com variáveis operacionais como a gravidez na adolescência, a chefia familiar com filho menor de 15 anos e a escolaridade. A partir dessas variáveis, o objetivo é a análise da situação das mulheres como um indicador de vulnerabilidade individual.

Para tanto, utilizamos os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE) e compilados no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013)². No Atlas, três indicadores tratam da vulnerabilidade quanto ao tema mulher: a porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; a porcentagem de mães chefes de família sem Ensino Fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família e a porcentagem de mães chefes de família sem Ensino Fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor³. Agregamos dados sobre pobreza, renda, IDHM e fecundidade para contextualizar o estudo.

1 As outras regiões são: Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); Região Metropolitana da Serra Gaúcha (substituiu a Aglomeração Urbana do Nordeste); Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINORT). Disponível em: <http://www.metroplan.rs.gov.br/institucional/area_atua.htm> Acesso em: 16/03/2015.

2 O Atlas é uma plataforma de consulta de dados relativos ao IDH brasileiro Municipal, Regional e Estadual e mais de 200 indicadores com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A dimensão Vulnerabilidade inclui os temas Mulheres; Crianças; Educação, Trabalho e Renda; Habitação e Demográfica. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em 04/04/2015.

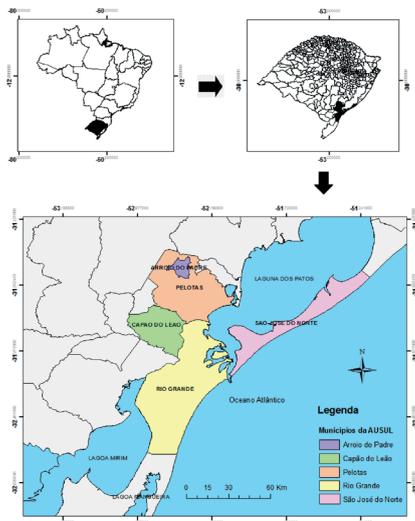
3 Segundo critério do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil que trata dos filhos com idade inferior a 15 anos morando no domicílio. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/glossario/> Acesso em 30/12/2015.

O texto está dividido em duas partes. Na primeira apresentamos uma breve caracterização dos municípios da AUSUL com enfoque na pobreza, na renda e nos IDHMs. Na segunda analisamos as variáveis selecionadas e associadas ao tema mulher. Ao final tecemos algumas considerações sobre a relação entre os IDHMs e a situação de vulnerabilidade das mulheres, refletindo sobre a necessidade de um olhar mais atento às relações desiguais de gênero que, historicamente, tem relegado espaços menos privilegiados às mulheres.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AUSUL

A Aglomeração Urbana do Sul localiza-se no sudeste do estado do Rio Grande do Sul. Arroio do Padre, Capão do Leão e Pelotas fazem parte da microrregião de Pelotas, enquanto Rio Grande e São José do Norte da microrregião Litoral Lagunar. A criação dos municípios de Rio Grande, Pelotas e São José do Norte ocorreu ainda na primeira metade do século XIX, enquanto a formação de Capão do Leão e Arroio do Padre se deu a partir do desmembramento do município de Pelotas nas décadas de 1980 e 1990, fato que explica, em parte, a heterogeneidade demográfica e socioespacial da AUSUL (Figura 1).

Figura 1. Localização dos municípios da Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL)



Fonte: Núcleo de Análises Urbanas (NAU) – FURG.

Os municípios apresentam grande variação comparativa em relação ao número de habitantes e, no conjunto, somavam aproximadamente 600 mil em 2010. Apenas Arroio do Padre concentrava uma maior população rural, mesmo que, de 2000 para 2010 tenha havido incremento da população urbana nos cinco municípios. Arroio do Padre e Capão do Leão tiveram queda no número de habitantes em área rural, enquanto os outros três municípios registraram aumento desta população (Tabela 1).

Tabela 1. População residente total e segundo situação de domicílio - 2000/2010

Tabela 1. População residente total e segundo situação de domicílio - 2000/2010

Município/Região	População total		População rural		População urbana	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Arroio do Padre	2.563	2.730	2.461	2.276	102	454
Capão do Leão	23.718	24.298	2.364	1.916	21.354	22.382
Pelotas	320.595	328.275	19.616	22.082	300.979	306.193
Rio Grande	186.544	197.228	7.336	7.799	179.208	189.429
São José do Norte	23.796	25.503	6.502	8.120	17.294	17.383
AUSUL	557.216	578.034	38.279	42.193	518.937	535.841

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Somente os municípios de Arroio do Padre e São José do Norte apresentaram, tanto em 2000 quanto em 2010, maior número de homens do que mulheres. Pelotas é o município da Aglomeração com maior porcentagem de população feminina, com 53,03% de mulheres (Tabela 2).

Tabela 2. População residente por sexo – 2000/2010

Tabela 2. População residente por sexo – 2000/2010

Município/Região	Homens				Mulheres			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Arroio do Padre	1.303	50,84	1.414	51,79	1.260	49,16	1.316	48,21
Capão do Leão	11.809	49,79	11.962	49,23	11.909	50,21	12.336	50,77
Pelotas	152.039	47,42	154.198	46,97	168.556	52,58	174.077	53,03
Rio Grande	90.413	48,47	94.983	48,16	96.131	51,53	102.245	51,84
São José do Norte	12.225	51,37	13.003	50,99	11.571	48,63	12.500	49,01
AUSUL	267.789	48,06	275.560	47,67	289.427	51,94	302.474	52,33

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

A Tabela 3 mostra a proporção da população dos municípios da AUSUL que, em 2000 e 2010, concentravam-se nas faixas de renda extremamente pobre, com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais; pobre, com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais e, vulneráveis à pobreza, com renda per capita de até R\$ 255,00 mensais.

No ano de 2000, principalmente nos três menores centros urbanos da região – Arroio do Padre, Capão do Leão, São José do Norte – os valores eram consideravelmente elevados em todos os estratos exibidos na tabela. São José do Norte, contudo, era o que mais se destacava, com 14,17% da população considerada extremamente pobre, 36% pobre e 62,04% vulnerável à pobreza. Mas a proporção de pobres até mesmo nos municípios polos – Rio Grande e São José do Norte – era substancial, 17,05 e 16,45, respectivamente. Os vulneráveis à pobreza eram superiores a 35% da população nos cinco municípios da AUSUL e era condição de 51,67% dos que moravam em Capão do Leão.

Tabela 3. Proporção da população residente em relação à pobreza por município, AUSUL – 2000/2010

Tabela 3. Proporção da população residente em relação à pobreza por município, AUSUL – 2000/2010.

Município	% de extremamente pobres		% de pobres		% de vulneráveis à pobreza	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Arroio do Padre	6,26	3,09	10,61	7,17	35,13	22,11
Capão do Leão	7,98	2,37	23,58	11,03	51,67	32,42
Pelotas	5,23	2,1	16,45	7,56	37,84	22,46
Rio Grande	5,9	1,57	17,05	6,99	36,23	20,88
São José do Norte	14,17	3,37	36	12,23	62,04	34,63

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Em 2010 todos os estratos de baixa renda apresentaram significativa redução na AUSUL, comparativamente ao ano de 2000. A mais substancial delas foi no estrato que concentrava as famílias vulneráveis à pobreza. Em São José do Norte passaram de 62,04% para 34,63%, mas o município continuou mantendo os maiores índices da região em relação a todos os estratos de pobreza. Rio Grande apresentou o menor valor do grupo de vulneráveis à pobreza no mesmo ano, 20,88%, a menor proporção de pobres, 6,99%, e de extremamente pobres, apenas 1,57%, segundo o último levantamento. O município de Arroio do Padre, todavia, foi o que sofreu a menor variação, não apenas no que concerne ao estrato de pobres, que passou de 10,61% para 7,17% em 2010, mas também ao de vulneráveis (Tabela 3).

Se no ano 2000, a renda *per capita* dos municípios que compõem a AUSUL apresentava grande variação, em 2010 todos tiveram um aumento substancial que permitiu uma maior aproximação entre eles nesse quesito. No topo do grupo estavam os municípios de Pelotas, Arroio do Padre e Rio Grande, com renda *per capita* superior a R\$ 850,00 e, na base, Capão do Leão e São José do Norte, continuaram apresentando os valores mais baixos da região, com seus munícipes vivendo com uma renda mensal de R\$ 494,00, quase metade do que fora identificado nos demais lugares da Aglomeração. Pelotas se manteve com os maiores valores entre os cinco municípios, atingindo R\$ 894,35 em 2010, mas apresentou a menor variação percentual ao longo desse tempo, apenas 30,39%. Arroio do Padre foi o município que mais teve acréscimo e, em 2010, ocupou o segundo lugar da região em relação à renda *per capita*, quando a renda de seus habitantes passou de R\$ 631,79 para R\$ 859,20. O município inverteu sua posição com Rio Grande que, com uma variação de 35,99%, passou a ocupar a terceira colocação da AUSUL (Tabela 4).

Tabela 4. Renda *per capita* por município, AUSUL – 2000/2010Tabela 4. Renda *per capita* por município, AUSUL – 2000/2010.

Município	2000	2010	Varição (%)
Arroio do Padre	429,21	883,18	105,77%
Capão do Leão	349,63	493,36	41,11%
Pelotas	685,88	894,35	30,39%
Rio Grande	631,79	859,20	35,99%
São José do Norte	294,27	493,78	67,80%

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

As transformações no perfil dos municípios que compõem a região é resultado da convergência de múltiplos fatores, nas escalas nacional, regional e local. No Brasil, as mudanças demográficas, o lento aumento da escolaridade da população adulta e, principalmente, as modificações na política social, por meio dos aumentos reais do salário mínimo, e da expansão das transferências focalizadas de renda, bem como o crescimento econômico via inclusão no mercado de trabalho, alteraram significativamente a situação de pobreza brasileira, sobretudo por meio da distribuição de renda (IPEA, 2011).

Na primeira década do século XXI, a região Sul do estado do Rio Grande do Sul, após décadas de crescimento econômico lento e de reestruturação de suas bases produtivas, recebeu grandes investimentos públicos e privados através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da reorganização da indústria

naval brasileira, que provocaram e provocam alterações no mercado de trabalho, com demandas importantes para todos os setores da economia, particularmente, setores da indústria de transformação, metalurgia e construção civil. Os municípios da AUSUL, particularmente Rio Grande e São José do Norte, sofreram importante impacto econômico com a instalação das empresas do setor naval. A partir de 2005, chegaram aportes públicos e privados para conversão, instalação e integração dos módulos de plataformas para extração de petróleo, construídas sob encomenda da Petrobras para exploração do pré-sal. Os demais municípios também se beneficiaram com estes empreendimentos, a partir da oferta de serviços e do comércio em geral. Contudo, a implementação dos grandes projetos do Polo Naval, não apresentou, em um primeiro momento, uma das respostas imediatas que os empreendimentos demandavam: força de trabalho qualificada para atuar direta ou indiretamente no setor.

Rio Grande é, atualmente, a mais importante cidade portuária do estado e importante polo industrial, principalmente, nos setores da petroquímica, de fertilizantes e de alimentos e, mais recentemente, no setor naval. Nos últimos anos, vem apresentando os mais significativos indicadores em termos de crescimento econômico, configurando-se como o maior Produto Interno Bruto (PIB) da Aglomeração. O PIB do município é o quarto do estado, alcançando os 6,3 bilhões de reais, contra 3,8 bilhões do município de Pelotas (9º no estado). A posição relaciona-se com a dinamização das atividades portuárias e a implantação do Polo Naval rio-grandino (FEE, 2015).

O reflexo do novo dinamismo econômico da região pode ser observado também nos últimos resultados do IDHM, que relaciona longevidade, educação e renda, através de indicadores como expectativa de vida ao nascer, escolaridade da população adulta, fluxo escolar da população jovem e renda *per capita*. O IDHM brasileiro é obtido através das mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, porém, adequa a metodologia global ao contexto do Brasil e à disponibilidade de indicadores nacionais. Dessa forma, melhora a avaliação dos fenômenos que ocorrem no País.

Os dados da Tabela 5 indicam que, em 2000, apenas os municípios de Pelotas e Rio Grande apresentavam resultados razoáveis, 0,660 e 0,652, ou seja, IDHM na faixa média. Arroio do Padre e Capão do Leão apresentavam um Baixo IDHM (entre 0,500 e 0,599) e São José do Norte estava na menor faixa do índice, considerado Muito Baixo (entre 0,000 e 0,499). Em 2010 observamos uma melhora nos índices para todos os municípios da Aglomeração. Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte ascenderam à faixa média. São José do Norte foi o

município que mais avançou, embora, pelo baixo nível anterior, tenha continuado com o menor IDHM da região. Pelotas e Rio Grande continuaram com os melhores resultados, conquistando um alto índice de desenvolvimento humano municipal (entre 0,700 e 0,799) em 2010.

Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, AUSUL – 2000/2010

Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Humano, AUSUL – 2000/2010.

Município	IDHM		Variação absoluta
	2000	2010	
Arroio do Padre	0,560	0,679	0,119
Capão do Leão	0,542	0,647	0,105
Pelotas	0,660	0,749	0,089
Rio Grande	0,652	0,744	0,092
São José do Norte	0,481	0,623	0,142

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

3. MULHERES E VULNERABILIDADE NOS MUNICÍPIOS DA AUSUL

O Atlas do Desenvolvimento Humano possibilita verificar a situação das mulheres a partir da dimensão vulnerabilidade. No presente artigo, analisamos essa vulnerabilidade e a relacionamos com a dimensão IDHM dos municípios que tomamos como referência. Além disso, destacamos a taxa de fecundidade e a ocorrência de gravidez na faixa etária de 10 a 17 anos para melhor avaliar a atual condição das mulheres na AUSUL. Iniciaremos por uma breve discussão sobre os conceitos de vulnerabilidade e chefia familiar, que auxiliarão no entendimento dos resultados encontrados ao longo da pesquisa.

Vulnerabilidade é um conceito que pode considerar múltiplas dimensões que identificam situações que podem atingir indivíduos, famílias ou mesmos grupos maiores, como comunidades ou bairros. Os elementos analisados podem ser características individuais e familiares, como as variáveis demográficas, ou relativos ao entorno social e ambiental.

No final da década de 1990 o conceito tomou forma, especialmente, a partir de estudos ligados a instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para a Comissão Econômica para a América-Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A principal

noção do conceito tem relação com a possibilidade de reação de indivíduos ou grupos diante de riscos econômicos ou ambientais.

Alves (2013) citando Chambers (1989) indica que a vulnerabilidade tem dois lados: um externo, de riscos que se refere ao choque ou estresse a que um indivíduo ou a família estão expostos; e um interno, que indica a falta de capacidade e meios para responder de forma adequada e se recuperar de choques externos e estresses. Neste sentido, o conceito trata também da capacidade que as pessoas possuem em reagir ou não aos elementos externos (KAZTMAN et al., 1999; Convenio MTE-DIEESE, 2007; ALVES, 2013).

Especificamente, a vulnerabilidade social está relacionada à incapacidade que uma pessoa tem em aproveitar as oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir que a mesma perca qualidade (KAZTMAN, 2000). Nesse sentido, destacamos o papel que ainda incide para muitas mulheres no ambiente familiar. Hoje, apesar de sua constatada presença no trabalho remunerado, muitas, principalmente as de baixa renda, estão relegadas a funções de cuidado e dedicação de seu tempo à família. Segundo o IBGE (2013), quando se considera o tempo dedicado aos afazeres domésticos, a jornada média semanal das mulheres (de 16 anos ou mais de idade) é 2,5 vezes maior que a dos homens na mesma faixa. Assim, consideramos que mulheres com filhos menores de quinze anos, chefes de família e com baixa escolaridade possuem maior vulnerabilidade, condição que acentua a dificuldade que as mulheres geralmente enfrentam ao buscar trabalho digno, com salários compatíveis e, permanecer nele. Tais dificuldades são, marcadamente, resultado de relações de gênero inerentes às sociedades patriarcais em que, não obstante as mudanças sociais, culturais e econômicas, ainda divide o trabalho produtivo e reprodutivo entre homens e mulheres. As mulheres inseridas no mercado de trabalho conseguem empregos com menor remuneração, que constituem verdadeiros guetos femininos ligados aos setores de higiene, cuidado ou ensino.

A relação entre número de filhos e trabalho produtivo e reprodutivo tem sido debatida nos estudos feministas. A taxa de fecundidade é uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria ao longo de sua vida reprodutiva. A queda desta taxa está associada diretamente a escolaridade e a renda das mulheres e indiretamente às conquistas dos movimentos sociais. Em 2012, as mulheres com escolaridade de até sete anos de estudo, apresentaram taxa de fecundidade total de 3,07 filhos, enquanto, para aquelas com oito anos ou mais de estudo a taxa foi substancialmente mais baixa, de 1,69 filho por mulher (IBGE, 2013). Na AUSUL a taxa de fecundidade total teve queda para os cinco municípios de 2000

para 2010. Em 2000, as maiores taxas aparecem em Rio Grande e em São José do Norte, 2,54. A terceira maior taxa apareceu em Capão do Leão, seguida de Pelotas e Arroio do Padre. Em 2010, o município com a maior taxa de fecundidade dentre os cinco foi Capão do Leão. São José do Norte era o segundo com maior taxa, seguido de Rio Grande. Pelotas e Arroio do Padre apresentaram as menores taxas entre os municípios. As maiores variações foram de Pelotas e de Arroio do Padre. Por outro lado, Capão do Leão apresentou a menor queda no período (Tabela 6).

Tabela 6. Taxa de fecundidade, AUSUL – 2000/2010

Tabela 6. Taxa de fecundidade, AUSUL – 2000/2010.

Taxa de fecundidade total			
Município	2000	2010	Variação (absoluta)
Arroio do Padre	2,08	1,31	-0,77
Capão do Leão	2,39	2,19	-0,2
Pelotas	2,2	1,43	-0,77
Rio Grande	2,54	1,99	-0,55
São José do Norte	2,54	2,06	-0,48

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Em 2010, São José do Norte e Capão do Leão, municípios com os mais baixos IDHMs (0,630 e 0,647) da região, apresentaram taxas de fecundidade acima da reposição. As taxas são superiores, inclusive, às registradas no Rio Grande do Sul (1,8) e no Brasil (1,9 filhos por mulher).

A queda da fecundidade conduz ao envelhecimento da população e consequentemente num momento de expansão daqueles em idade ativa e aptos para trabalhar. Na AUSUL, a população de mulheres em idade ativa apresentou variação positiva em 2010 em todos os municípios. O município de São José do Norte, que em 2000 contava com 7.655 mulheres com 15 anos ou mais de idade, apresentou um acréscimo de 27,33% no último Censo Demográfico, com 9.747 pessoas do sexo feminino nessa faixa etária. Pelotas, apesar de ser o município com menor variação no período, 14,81% manteve-se com o maior número absoluto de mulheres nesta coorte, aproximadamente 142 mil. A menor população do sexo feminino nessa faixa etária foi registrada em Arroio do Padre, 1.048 mulheres (Tabela 7).

Tabela 7. Mulheres de 15 anos ou mais, AUSUL – 2000/2010

Tabela 7. Mulheres de 15 anos ou mais, AUSUL – 2000/2010.

Município	2000	2010	Variação (%)
Arroio do Padre	869	1.048	20,60
Capão do Leão	7.620	9.314	22,23
Pelotas	123.658	141.966	14,81
Rio Grande	68.929	79.887	15,90
São José do Norte	7.655	9.747	27,33

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Salientamos que apenas o aumento do número de mulheres em idade ativa não é um indicador de maior acesso ao trabalho remunerado, pois, entre outros fatores, a constituição da família tradicional brasileira se deu a partir de um núcleo patriarcal com papéis bem definidos, homens provedores e mulheres donas de casa. Realidade que não dá conta das transformações das atividades econômicas, das relações capital e trabalho e dos novos arranjos familiares observados. Os papéis tradicionais vem sendo desconstruídos, historicamente, tanto no plano material, do trabalho, como no político, das lutas por autonomia e independência econômica. O rearranjo das famílias também possibilita que as mulheres desempenhem novos papéis na sociedade atual, como por exemplo a chefia familiar. Para efeitos quantitativos, consideramos que o termo é sinônimo de pessoa de referência da família com um viés econômico⁴. Neste contexto, a partir do ganho social e econômico, a chefia familiar é positiva. Porém, é preciso considerar a repercussão do acúmulo de tarefas, evidenciadas na dupla ou tripla jornada de trabalho, na vida destas mulheres.

Nos municípios da AUSUL, a população de mulheres chefes de família com ao menos um filho menor de 15 anos e residindo no mesmo domicílio aumentou na última década. São José do Norte foi o município que apresentou a variação mais significativa (410,13%) em relação a 2000, passando de 237 para 1.209 mulheres nesta condição em 2010. Pelotas, por sua vez, apresentou o menor crescimento do período, 73,77%. Contudo, continua sendo o município com o maior número absoluto de mulheres chefes de família e com filhos que ainda não completaram 15 anos de idade, um contingente de 15.217 pessoas. No município de Capão do

4 O IBGE, no Censo de 2010, considerou pessoa de referência da família como a responsável, ou assim considerada, pelos demais membros da família (IBGE, 2015).

Leão, elas aumentaram em 148,43%, passando de 479 para 1.190 mulheres. Rio Grande apresentou, em 2010, o dobro do número de mulheres que o registrado em 2000 nesse indicador, o dado mais recente mostra quase 10 mil rio-grandinas com essas características (Tabela 8).

Tabela 8. Mulheres chefes de família e com filhos menores de 15 anos, AUSUL – 2000/2010

Tabela 8. Mulheres chefes de família e com filhos menores de 15 anos, AUSUL – 2000/2010.

Município	2000	2010	Variação %
Arroio do Padre	0	20	
Capão do Leão	479	1.190	148,43%
Pelotas	8.757	15.217	73,77%
Rio Grande	4.940	9.978	101,98%
São José do Norte	237	1.209	410,13%

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Todos os municípios que compõem a AUSUL, sem exceção, apresentaram taxas maiores em 2010, no que diz respeito às mulheres responsáveis pela família, com filhos em idade inferior a 15 anos, que não haviam completado o Ensino Fundamental, quando comparado ao total de mães chefes de família. Entretanto, São José do Norte foi o município que apresentou o maior contraste, em 2000, era o município com a menor taxa, 8,03%, enquanto em 2010, apresentou a taxa mais elevada da região, 27,03%. Capão do Leão também sofreu grande aumento nesse grupo, passando de 14,42% para 24,58%. Arroio do Padre, que não havia registrado mães com essas características em 2000, apresentou a menor taxa em 2010, 2,79%.

Tabela 9. % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família, AUSUL – 2000/2010

Tabela 9. % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família, AUSUL – 2000/2010.

Município	2000	2010
Arroio do Padre	--	2,79
Capão do Leão	14,42	24,58
Pelotas	12,72	16,6
Rio Grande	14,95	19,62
São José do Norte	8,03	27,03

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Quando verificamos as mães chefes de família com filhos menores de 15 anos sem Ensino Fundamental completo, em relação ao total de mulheres chefes e com filho nessa faixa de idade, as taxas são ainda maiores. Contudo, quase em sua totalidade a AUSUL reduziu as taxas neste grupo em relação aos valores registrados anteriormente, exceto por Arroio do Padre, que não havia registrado mulheres nessas condições em 2000 e apresentou uma taxa de 51,18% em 2010. No mesmo ano, Capão do Leão apresentou a maior taxa, 56,53%, significativamente inferior à taxa de 70,07% verificada em 2000. São José do Norte também apresentou queda neste indicador, passando de 85,73% para 55,18%. Em Rio Grande, a redução foi de 59,24% para 41,32% e em Pelotas de 51,45% para 38,63% (Tabela 10).

Embora a taxa de gravidez na adolescência venha diminuindo no mundo todo, a possibilidade de uma gravidez nesta fase da vida das mulheres as tornam vulneráveis, especialmente do ponto de vista da escolaridade. Ao analisar adolescentes em idade de 14 a 18 anos, Almeida (2012) constatou que, na maioria das vezes, a gravidez na adolescência causa o abandono definitivo da escola. Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostraram que, no Brasil, 75% das adolescentes com idade entre 15 e 17 anos com filhos estavam fora da escola.

Tabela 10. % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor, AUSUL – 2000/2010

Tabela 10. % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor, AUSUL – 2000/2010.

Município	2000 (%)	2010 (%)
Arroio do Padre	0	51,18
Capão do Leão	70,07	56,53
Pelotas	51,45	38,63
Rio Grande	59,24	41,32
São José do Norte	85,73	55,18

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Ainda que a faixa etária analisada neste artigo seja de 10 a 17 anos, consideramos possível inferir que a insuficiente escolaridade dificulta a inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, consideramos que uma queda na taxa de fecundidade das adolescentes indica uma diminuição da vulnerabilidade destas mulheres, como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 11. % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, AUSUL – 2000/2010

Tabela 11. % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, AUSUL – 2000/2010.

Município	2000 (%)	2010 (%)
Arroio do Padre	0	0
Capão do Leão	2,47	3,45
Pelotas	2,62	2,24
Rio Grande	3,15	3,02
São José do Norte	5,23	2,58

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Em 2010 o percentual de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos diminuiu em Pelotas, Rio Grande e São José do Norte em comparação a 2000. O município de São José do Norte foi o que mais avançou nesse sentido, reduzindo para 2,58%, a porcentagem de mulheres neste grupo. Por outro lado, em dez anos

Rio Grande não teve alterações substanciais neste grupo, passando de 3,15% para 3,02%. Em Arroio do Padre, do total de 167 mulheres desta faixa etária, nenhuma declarou ter tido filhos (IBGE, Censo Demográfico, 2010). Na contramão dos avanços alcançados pelos municípios vizinhos, Capão do Leão passou de 2,47% para 3,45% (Tabela 11). A vulnerabilidade das mulheres nessa faixa etária tem demandado ações focadas por parte do poder público, como a prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como uma de suas metas universalizar, até 2016, o atendimento escolar para esta população.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados compilados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, foi possível identificar uma acentuada melhoria no desenvolvimento da população da Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), principalmente quanto ao IDHM. Contudo, destacamos outra dimensão abordada pelo Atlas, a vulnerabilidade, que traz como um de seus temas as mulheres. Para muitas delas ainda recaem questões que as tornam um grupo propenso a situações de vulnerabilidade, principalmente ao exercer a chefia familiar atrelada às ocupações de baixa remuneração, às tarefas domésticas e a responsabilidade com os filhos menores de quinze anos.

As mães chefes de família com filhos menores de 15 anos sem Fundamental completo apresentaram aumento proporcional dentro o total de mães chefes de família e queda dentro o grupo específico das mães chefes de família com filhos menores de 15 anos. A divergência aparente pode ser entendida pela variação positiva de mães chefes de família, de 2000 para 2010, que pode ter sido menor que a variação de mães chefes de família com filhos menores de 15 anos.

Assim, entendemos que no total das mães chefes de família, proporcionalmente, houve acentuação de sua vulnerabilidade, uma vez que as sem Fundamental completo estão mais presentes no ano de 2010 que no ano 2000. Contudo, é preciso considerar que dentro deste grupo, as mais vulneráveis são as mães chefes de família com filhos menores de 15 anos e, para estas especificamente, houve uma melhoria, pois apesar do aumento de mães nessa situação, houve queda das que possuíam apenas o Ensino Fundamental incompleto. Portanto, tornaram-se um grupo menos vulnerável, embora em 2010 três dos cinco municípios (Arroio do Padre, São José do Norte e Capão do Leão) tenham apresentado mais da metade das mães chefes de família com filhos menores de 15 anos sem o Fundamental completo, demonstrando a condição de um grupo ainda bastante vulnerável.

Destacamos a queda na taxa de fecundidade para todos os cinco municípios. Apesar disso, em 2010, as taxas de São José do Norte e Capão do Leão, que possuíam os menores IDHMs, estavam acima das registradas para o Rio Grande do Sul e para o Brasil. Além disso, ressaltamos o percentual de mulheres que tiveram filhos na faixa etária de 10 a 17 anos, idade adequada à formação escolar. São José do Norte, por exemplo, apresentou a maior queda do percentual nesta coorte e a maior evolução de IDHM. Por outro lado, Capão do Leão que apresentou um aumento percentual deste indicador foi o que teve menor variação positiva do IDHM.

Concluindo, podemos inferir que as mães chefes de família com filhos menores de 15 anos representavam e ainda representam um grupo vulnerável, principalmente, porque grande parte destas apresenta baixa escolaridade, condição que pode ter consequências na renda familiar e, portanto, no IDHM. Superar esta situação de vulnerabilidade implica políticas públicas eficazes voltadas, em especial, às mulheres e meninas de 10 a 17 anos, atuando na prevenção da gravidez precoce, na permanência e conclusão do ensino formal, na capacitação e qualificação para o mundo do trabalho e na promoção da igualdade.

THE VULNERABILITY OF WOMEN IN CITIES OF SOUTH URBAN AGGLOMERATION (AUSUL) IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

The article discusses the vulnerability of women living in the municipalities that make up the South Urban Agglomeration (AUSUL), in the state of Rio Grande do Sul, from operational variables such as teenage pregnancy, family heads with child under 15 years and schooling. Data on poverty, income, IDHM and fertility, provided by the Human Development Atlas of Brazil, were included to contextualize the study, which aims to analyze the situation of women as an individual vulnerability indicator in these municipalities. We infer that the householders mothers with children under 15 years represented and still represent a vulnerable group, particularly because many of these features low education, a condition that can have an impact on family income and therefore in IDHM.

KEYWORDS: Vulnerability. Pregnancy. Adolescence. AUSUL. IDHM

LA VULNERABILIDAD DE LAS MUJERES EN LAS CIUDADES DE LA AGLOMERACIÓN URBANA DEL SUR (AUSUL) EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL

RESUMEN

El artículo aborda la vulnerabilidad de las mujeres que viven en las ciudades que conforman la Aglomeración Urbana Sur (AUSUL), en el estado de Rio Grande do Sul, a partir de variables operativas como el embarazo adolescente, los jefes de familia con niños menores de 15 años y la educación. Los datos sobre la pobreza, el ingreso, IDHM y la fertilidad, proporcionados por el Atlas de Desarrollo Humano de Brasil, se incluyeron para contextualizar el estudio, que tiene como objetivo analizar la situación de las mujeres como un indicador de la vulnerabilidad individual en estos municipios. Inferimos que los cabezas de familia las madres con hijos menores de 15 años representaron y todavía representan un grupo vulnerable, sobre todo porque muchos de estos rasgos de educación bajo, una condición que puede tener un impacto en los ingresos de la familia y por lo tanto en IDHM.

PALABRAS CLAVE: Vulnerabilidad. Embarazo. Adolescencia. AUSUL. IDHM

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>> Acesso em 10/03/2015.
- ALMEIDA, Margareth S. Gravidez adolescente: a diversidade de situações. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, jul/dez, 2002, p. 197-208.
- ALVES, Humberto P. Análise da vulnerabilidade socioambiental em Cubatão- SP por meio da integração de dados sociodemográficos e ambientais em escala intraurbana. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, jul. /Dez, 2013 p. 349-366.
- CONVENIO MTE-DIEESE. **Aspectos conceituais da Vulnerabilidade Social**. Brasília: MTE-DIEESE, 2007.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Dados. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>> Acesso em: 15/03/2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2015. **Glossário – PNAD**. s.d. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>>

trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf> Acesso em 12/03/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SIS 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2013/>> Acesso em 27/03/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 15/03/2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mudanças recentes na pobreza brasileira**. Comunicado do IPEA, n. 111, 2007.

KAZTMAN, R.; BECCARIA, L.; FILGUEIRA, F.; GOLBERT, L.; KESSLER, G. **Vulnerabilidad, activos y exclusion social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile: OIT, 1999.

KAZTMAN, R. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. IN: BID-Banco Mundial-CEPAL-IDEC, 5º Taller Regional. **La medición de la pobreza: métodos y aplicaciones (continuación)**. Aguascalientes, 6 al 8 de junio de 2000, Santiago de Chile, CEPAL, p. 275-301. LC/R.2026. Disponível em: <<http://www.cepal.org/deype/mecovi/docs/taller5/24.pdf>> Acesso em: 18/03/2015.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40> Acesso em: 09/04/2015.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2015. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em: 09/04/2015.

Data de recebimento: 19/09/2015

Data de aceite: 18/03/2016